

## A comemoração do centenário da independência no México: o *Paseo de la Reforma* como palco para a pacificação do passado em 1910<sup>1</sup>

The centennial commemoration of the independence in Mexico: *Paseo de la Reforma* as a stage for the pacifying of the past in 1910

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes<sup>2</sup>

luizestevam@terra.com.br

---

**Resumo.** O texto mostra o projeto porfirista que moldou as comemorações do primeiro centenário da independência mexicana, analisando a construção de monumentos e a realização de um desfile cívico na avenida *Paseo de la Reforma*. Esse projeto, de pacificação do passado, intencionava mostrar um México de sólidas tradições mestiças (entre espanhóis e astecas), embranquecido, rico e pujante. As relações entre cultura material, memória e esse projeto de mestiçagem confluem na conclusão do texto.

**Palavras-chave:** comemoração, Porfiriato, memória, cultura material, mestiçagem.

**Abstract:** The text discusses the Porfirian project that shaped the commemorations of the first centennial of the Mexican independence, analyzing the construction of monuments and a civic parade that took place at the *Paseo de la Reforma* avenue. This project, designed to pacify the past, intended to show Mexico as a country of solid *mestizo* (Spaniard and Aztec) traditions, whitened, rich and flourishing. The relations between material culture, memory and this project of *mestizaje* are discussed in the article's conclusion.

**Key words:** commemoration, Porfiriato, memory, material culture, *mestizaje*.

---

*Lo que se entiende por la cultura nacional cambia según las épocas. Esto demuestra que, si bien existen soportes concretos y continuos de lo que se concibe como nación (el territorio, la población y sus costumbres, etc.), en buena parte lo que se considera propio y distintivo es una construcción imaginaria (Canclini, 1997, p. 63).*

### Introdução: Erigindo monumentos no *Paseo de la Reforma*

A construção dos discursos nacionais, como qualquer conjunção de forças políticas e científicas, ressalta certos aspectos ao calar outros. Constitui um conjunto de tradições capaz de gerar efeitos de verdade de consequências duradouras e férteis. Em 2005, no jornal *Folha de S. Paulo*, Peter Burke assinalou

<sup>1</sup> Este artigo resulta de pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>2</sup> Professor de História da América no Departamento de História, ICHS-UFOP. Doutor e Pós-doutorando pelo Departamento de História, IFCH-Unicamp.

a possibilidade de, pelos nomes dados a ruas, passeios públicos, avenidas e praças, aventarmos como a memória oficial sobre uma nação pode ser projetada: “Nomes de vias permitem compreender a relação de cada sociedade com seu passado; nas placas de Londres, a exaltação da continuidade, enquanto em Paris ou São Paulo percebe-se o apego ao mito da revolução” (Burke, 2005).

Ao caminharmos pelas ruas centrais da capital mexicana, podemos notar algo semelhante. Em monumentos e prédios públicos, governos considerados “traidores da nação”, como o de Porfirio Díaz, foram eclipsados pela memória vitoriosa da Revolução Mexicana. Encontramos a “Avenida 20 de Noviembre” (“Dia da Revolução Mexicana”) e a “Calle 5 de Febrero” (data da promulgação da Constituição de 1917) nomeando ruas que anteriormente celebravam valores porfiristas.

Da mesma forma, é comum vislumbrarmos pinturas murais adornando prédios públicos. Nelas, os muralistas, tidos como expressões legítimas da esquerda crítica do México, valorizam o discurso da mestiçagem, do passado asteca como constitutivo da nação mexicana, apresentados de forma celebrativa. Díaz e Hernán Cortés costumam aparecer como tiranos, males necessários na construção narrativa de séculos de História do país.

No monumental *Paseo de la Reforma*, avenida que liga o Bosque de Chapultepec a Tlatelolco e, seguindo para nordeste, chega até *La Villa*, região onde fica a Basílica de Guadalupe, essa arquitetura da memória oficial pode ser observada nas muitas estátuas de bronze que ali estão e nas disputas pelo nome do caminho, sua função e forma. Nos dias atuais, o *Paseo* é um dos lugares onde mais se concentram as manifestações populares na capital mexicana: de reivindicações políticas a comemorações cívicas, de *réveillons* a celebrações por algum triunfo desportivo; tudo pode gerar aglomeração, passeata, desfile, festa ou protesto.

Por essa primazia histórica, o *Paseo*, junto do *Zócalo*, praça central da capital mexicana, certamente será palco de algumas das principais comemorações do bicentenário da independência do país. Soma-se às festas do bicentenário a não menos importante comemoração do centenário do início da Revolução Mexicana, como os festejos oficiais gostam de escrever, mostrando, na escolha do verbo, um país em pleno desenrolar revolucionário.

O governo mexicano planeja parada militar, inaugurações de monumentos, festejos populares e queima de fogos. Também patrocina programas de TV e rádio que discutem “de forma crítica” a História do país. Por todo lado, festeja-se a identidade nacional, símbolo de unidade por essência: a mestiçagem. Uma visita ao site oficial das

festas (<http://www.bicentenario.gob.mx>) e veremos uma votação que mostra o que os mexicanos mais gostam nas festas: a mostra “de unidade nacional”, seguida muito de perto pelo desfile militar (ambas com cerca de 22% da preferência dos visitantes da página). Calendários com aves e animais típicos, programas de TV e rádio, a cerimônia do grito, concursos para escolher a receita culinária e as imagens (grafites, mural etc.) dos centenários, desfile militar, fogos de artifício e outras celebrações ocorrerão junto da inauguração de um novo monumento: a Estela de Luz, cuja função é celebrar um “povo aberto à modernidade, mas cioso de seu passado indígena e europeu”. O palco para essa construção: o *Paseo*, próximo ao Bosque de Chapultepec.

Não foi muito diferente o que se passou no ano de 1910, nas extensas comemorações do primeiro século da independência, pouco tempo antes de estourar a Revolução. Naquela feita, também se buscou afirmar uma identidade nacional, um país mestiço, com maneiras europeias<sup>3</sup>, aberto à modernidade. Em meio a bailes, óperas, inaugurações e muitas festas e discursos, o *Paseo* tornou-se palco de desfile cívico e de inauguração do mais pungente monumento até então erigido: o “Anjo da independência” ou “Coluna da independência”.

Pensar a historicidade e essa intencionalidade é o objetivo primeiro deste artigo. Afinal, qual visão identitária da nação se construiu nas comemorações do centenário? Como se liga essa interpretação com a da festa de “unidade nacional” do bicentenário? Para responder essas questões, escolhemos pensar o *Paseo* e sua construção e utilização em comemorações ao longo dos últimos 150 anos.

## Antecedentes: múltiplos heróis para a independência e nenhum monumento

Embora as comemorações da independência tenham começado muito cedo, tão logo ela se consumou (Martínez Assad, 2005, p. 13), ao longo do século XIX houve muita disputa para decidir quem seriam seus heróis e símbolos. Para celebrar uma memória associada à liberdade, tanto governos liberais quanto conservadores tocaram projetos de construção de estátuas celebrativas, que nunca eram concluídos por falta de verbas ou por mudança na direção governamental.

Na praça central da cidade, por exemplo, chegou a se fazer a base de uma enorme estátua que simbolizaria o “Anjo da independência”. O monumento nunca foi construído, restando dele, durante décadas, apenas sua base, seu rodapé:

<sup>3</sup> Porfirio Díaz, por exemplo, distribuiu 5 mil calças para que os índios da capital pudessem parecer mais civilizados aos olhos dos representantes de governos do mundo que viriam ao México.

fato que originou o nome com que o largo é conhecido até hoje: “pedestal” (*Zócalo*, em espanhol). A razão para que nunca fosse concluído era a falta de resposta para a questão: quem eram os heróis a ser celebrados? Ao lado das estátuas que representariam alegoricamente a Vitória, a Justiça, a Paz, a Liberdade, ou outros valores unanimemente aceitos por liberais e conservadores, havia a dúvida de quem deveria aparecer: o prócer da luta pela liberdade era objeto de disputa política.

Entre 1831 e 1854, a figura mais celebrada foi a de Agustín de Iturbide e a bandeira do exército Tri-garante, pois não havia a crítica generalizada ao que se convencionou chamar de “deslize” ou “traição” do general ao nomear-se imperador. Celebrava-se a causa que ele consumou e da qual aparecia apenas como líder. Mas, com a ascensão do liberalismo na segunda metade do século XIX, a celebração buscou novo herói no padre Miguel Hidalgo (o “herói de Dolores”, nas palavras de Benito Juárez, o presidente da Era da Reforma) e em seus companheiros, ou na Batalha de Puebla, instituindo-se o 5 de maio como feriado nacional. Fato é que a causa (a liberdade) sempre foi celebrada, mas o rosto que deveria lembrá-la continuava caso de muita discussão.

Entre os anos de 1864 e 1867, o México passou novamente por tempos imperiais. Foi governado por um europeu, apoiado pelo setor conservador do próprio país, e protegido pelos franceses (que o respaldavam militarmente). Entre as reformas urbanas feitas pelo imperador Maximiliano, com intuito de dar ares cosmopolitas à capital, construiu-se um amplo trajeto que ligava o castelo de Chapultepec, construído pelo vice-rei Bernardo de Gálvez, em 1785, ao Palácio Nacional, no centro da cidade. Como unia a residência do imperador a seu posto de trabalho, a avenida ficou conhecida como *Paseo del Emperador* ou ainda *Paseo de la Emperatriz*, uma vez que fora Carlota (esposa de Maximiliano) quem inaugurara a via, na ausência do marido. Naqueles tempos, a extensão era de 3,5 quilômetros e seu espaço deveria ser utilizado apenas pela aristocracia.

A única estátua que foi colocada nessa primeira versão do *Paseo* ficava no final do trajeto, na esquina com o *Paseo Bucareli*. Era “El caballito”, monumento equestre em homenagem a Carlos IV, esculpido pelo valenciano Manuel Tolsá, originalmente colocado em frente à catedral metropolitana, em 1803. Símbolo dos tempos coloniais do país, essa escultura quase virara moeda ou canhões logo após a

independência, tachada de símbolo da opressão espanhola. Lucas Alamán<sup>4</sup>, influente político e intelectual conservador dos primeiros tempos de vida mexicana independente, encampou forte e vitoriosa batalha para preservá-la, alegando que se tratava de uma obra de arte (Martínez Assad, 2005, p. 21). “El caballito”, para ser protegido de uma possível depredação, foi transferido, então, para o pátio da universidade. De lá, durante o governo de Maximiliano, foi realocado para a esquina do *Paseo Bucareli* com o *Paseo del Imperador*<sup>5</sup>.

Maximiliano, um homem de orientação mais liberal do que seus apoiadores, em seu esforço para ser aceito no México, também quis mandar erigir monumentos que compusessem uma memória visual dos “valores mexicanos por excelência”. Por isso, continuou com os estudos e licitações para a construção do longamente sonhado monumento da independência, chegando mesmo a escolher os quatro heróis que lá estariam representados: Hidalgo, Morelos, Iturbide e Guerrero, numa tentativa de agradar a gregos e troianos, liberais e conservadores. Não teve tempo de concretizar seu projeto.

Com o triunfo da República de Benito Juárez, o nome da via passou para *Degollado*, em homenagem ao partidário do presidente, Santos Degollado, ferrenho liberal, morto em 1861. Como marco do triunfo dos republicanos liberais sobre os monarquistas conservadores, o uso da avenida foi liberado para toda a população.

O nome *Paseo de la Reforma* só viria em 1872, durante a presidência de Sebastián Lerdo de Tejada<sup>6</sup>. O novo presidente queria firmar-se como sucessor do popular Juárez e celebrar a memória da Reforma, período de intensa laicização do Estado mexicano e liberalização econômica que havia gerado uma guerra civil entre os anos de 1857 e 1861.

De qualquer forma, a capital chegava ao último quartel do século XIX sem uma estátua que celebrasse a independência.

## A figura do mestiço: o Porfiriato e a pacificação do passado

No governo seguinte, de Porfirio Díaz, o ministro de “Fomento, Colonización, Industria y Comercio”, Vicente Riva Palacio, poeta e historiador liberal, abriu

<sup>4</sup> Alamán era natural de Guanajuato. Nascido no ano da explosão jacobina na França, tornou-se político, rico empresário e prolífico intelectual. Respeitado como tal, tinha uma visão bastante conservadora da sociedade mexicana, presidindo durante certo tempo o efêmero Partido Conservador, do qual era a única figura de destaque. Fez parte do triunvirato presidencial de 1829, presidido por Pedro Vélez. No ano seguinte, sob a presidência de Anastasio Bustamante, Alamán fundou o *Banco Nacional del Avío* e apostou em uma política de industrialização que não funcionou. Também foi responsável pela criação do *Museo de Historia Natural* na capital do país e pelo *Archivo Nacional de la Nación*.

<sup>5</sup> Nos dias atuais, a estátua está localizada na praça “Manuel Tolsá”, em frente ao Palácio de Minería, projetado pelo mesmo homem que fundiu a estátua e que dá nome à praça. No lugar em que ocupava, entre o *Paseo de la Reforma* e Bucareli, está outra estátua de mesmo apelido: “El caballito”, de Enrique Carbajal “Sebastián”.

<sup>6</sup> Lerdo de Tejada foi presidente entre 1872, quando da morte de Juárez, até 1876, quando sofreu um golpe que, pela primeira vez, levou Porfirio Díaz ao poder. Lerdo foi o homem que elevou os valores da Reforma liberal de Juárez ao estatuto constitucional. Procedia de uma família liberal, associada à Reforma. Seu irmão, Miguel, por exemplo, criara, durante o governo de Ignacio Comonfort (1855-1858), em 1856, a “ley Lerdo”, nome popular da *Ley de Desamortización de Fincas Rústicas y Urbanas*, que nacionalizava as terras corporativas no país.

concorrência para colocar as primeiras estátuas que deveriam embelezar o *Paseo*, além de servir como um memorial do México a céu aberto. Era o momento de pensar se “El caballito” ainda era a memória que se deveria exaltar.

Riva Palácio seguia uma vontade já há tempos manifestada pelos governantes mexicanos desde o general Santa Ana, qual seja a de homenagear a História de seu país com monumentos de bronze. O projeto de D. Vicente rendeu, enfim, as primeiras estátuas que realmente saíram da fundição. Junto com os ideais liberais, consolidava-se uma nova memória para o país: esculturas de astecas e uma estátua de Colombo.

A homenagem ao descobridor das Américas foi inaugurada em 1877 e permanece na avenida até os dias de hoje. Aos pés de Colombo estão, sentados, os frades Diego de Deza, Juan Pérez de Marchena, Pedro de Gante e Bartolomé de Las Casas. Já os monumentos ao passado indígena retratavam Itzcóatl e Ahuizotl, soberanos náuatles do século XV; custaram caríssimo e atingiram a grandiosa altura de 5,9 metros com o pedestal. Inauguradas sobre o *Paseo*, não por acaso, em 5 de maio de 1892, não caíram no gosto popular e logo ganharam a alcunha de “múmias astecas”. As estátuas foram transferidas para o Canal da Viga, em 1898, e sua falta de conexão com a memória popular foi tanta que hoje estão perdidas em algum lugar da avenida Insurgentes Norte, na saída para a auto-estrada que leva a Hidalgo. Devido ao azinhavre, são conhecidas como “Índios Verdes”. Nesse permanente ir e vir entre o culto ao europeu e o orgulho do passado indígena, o *Paseo de la Reforma* estreava com essas duas grandes esculturas que reivindicavam miticamente à chamada raça indígena, ao descobrimento da América e ao período colonial no México (Martínez Assad, 2005, p. 34).

Na mesma época, Riva Palacio lançou o edital para a construção de uma estátua em honra ao último *tlatooani* asteca, Cuauhtémoc. Para Carlos Martínez Assad, estudioso da formação do *Paseo de la Reforma*, sem dúvida se tratava de uma ideologia que articulava a identidade através da educação e que difundia o liberalismo como expressão do patriotismo *criollo* (Martínez Assad, 2005, p. 36). David Brading, historiador britânico, escreveu, na mesma linha, que a estátua de Cuauhtémoc também era, naquele momento, expressão do *criollismo* transmutado na ideologia insurgente do nacionalismo mexicano, reservatório infindo que permitia unir as lutas de Hidalgo e do último dos *tlatoque* em um mesmo sentido (Brading, 2004, p. 91).

Síntese do projeto liberal do discurso da mestiçagem, a estátua de Cuauhtémoc foi disputada mesmo depois de pronta. Há, em sua base, duas curiosas placas. Na primeira pode-se ler “Ordenaron la erección de este monumento Porfirio Díaz, presidente de la República, y

Vicente Riva Palacio, secretario de Fomento. MDCC-CLXXVII”. Na segunda: “Erigióse por mandato de Manuel González, presidente de la República, y su secretario de Fomento, Carlos Pacheco. MDCCCLXXVIII”. Um presidente ordenara a feitura da estátua, outro a mandara executar: todos queriam ser responsáveis por ela.

As manifestações que podemos observar na cultura material do *Paseo* têm algo em comum com a historiografia que se produziu na mesma época: a premissa de que o México teria uma identidade nacional única, baseada em uma memória histórica comum. Essa História tinha como início o glorioso passado asteca, interrompido pela Conquista e pelo período colonial, extinto pela independência que fez nascer a nação mexicana mestiça.

Essa forma de pensar a História do país foi consolidada pelo positivismo que imperou nos tempos do Porfiriato. Mas tal cânone historiográfico, também um referente da memória mexicana, nasceu em uma intelectualidade anterior ao positivismo. Essa empresa de forjar uma nação depois das guerras de independência erigiu-se em termos de um discurso de autoengrandecimento, que visava a articular as bases de uma identidade cultural mexicana. Dessa forma, a nação seria o fruto da ação de grandes homens, pais da pátria, papel reservado aos intelectuais, protagonistas determinantes na definição dos elementos que constituiriam a coletividade nacional.

O caráter urbano e capitalino dessa vertente, as imagens erigidas sobre o passado indígena e suas relações com a problemática nativa tiveram, pois, um viés muito próprio, ligado às tendências políticas liberais, mas com uma enorme contribuição do pensamento conservador. A tendência da intelectualidade liberal era excluir o passado colonial e, muitas vezes, o indígena, em favor de construir uma nação nova, republicana, que nada devesse ao seu passado. Como contraponto a essa visão liberal, havia um ramo literário do partido conservador e federalista. Homens como D. Joaquín García Icazbalceta, de enorme erudição e apegado às tradições, sonhavam com que seu país pudesse equiparar-se à matriz colonial. Essa corrente de pensamento, católica e admiradora da monarquia, foi responsável pelas primeiras análises e publicações de muitos autores do século XVI e da revalidação da memória da Conquista e da colônia.

Foi necessário que a geração de Riva Palacio juntasse, no final do século XIX, essas duas formas de falar sobre a História do México, a conservadora e a liberal, para que se criasse o poderoso discurso da pátria mestiça: um mote pacificador do passado.

Em 1870, Manuel Payno e Vicente Riva Palacio publicaram *El Libro rojo*, compêndio dos personagens que teriam derramado sangue em nome da pátria. Aliando o passado asteca até os anos da Reforma, o livro destaca

Cuauhtémoc, Iturbide (“el consumidor de la Independencia”) e Maximiliano, ainda que para mostrá-lo derrotado por Juárez. Mas, dentre todos esses heróis, as maiores atenções repousavam sobre o padre Hidalgo, “herói do arrojo e do valor”, Morelos, “gênio militar e político”, e Guerrero, “modelo de constância e abnegação”, com imenso destaque ao sacerdote que pronunciou o Grito de Dolores (Riva Palácio e Payno, 1989, p. 313-315).

Pois foi essa visão pacificadora que Riva Palacio levou ao primeiro governo de Díaz: a constituição do passado mítico da nação. Esse mito alicerçava-se sobre uma trinca de valores: a idealização do indígena asteca, do território mexicano (único desde tempos imemoriais e rasgado pela invasão norte-americana) e da figura do mestiço.

Em outros tempos, nos quais as lutas entre conservadores e liberais eram mais pronunciadas, os textos de D. Vicente poderiam ter causado estranheza. Se Lucas Alamán, cabeça do Partido Conservador, para quem só deveria se aceitar o legado hispânico, fosse vivo<sup>7</sup> na década de 1880, Riva Palacio soaria muito liberal. Já se José Maria Luis Mora<sup>8</sup>, liberal de primeira instância, para quem os tempos coloniais e indígenas deveriam ser esquecidos e superados, pudesse ter lido os textos de D. Vicente, estes soariam como antiliberais.

Mas nessa aparente incoerência de um homem liberal que valorizava, para além do passado asteca, o espanhol, mesmo que o fazendo de forma crítica, residia uma profunda mudança de eixo na construção da memória histórica mexicana. Riva Palacio era pioneiro em ver nos séculos de Nova Espanha a gesta de uma mestiçagem que passaria a ser louvada, aniquilando a díade hispanismo-indigenismo, para fundir os dois elementos na construção de outro lugar discursivo: o mestiço.

É imprescindível lembrar esse pioneirismo, pois, se hoje é lugar comum se considerar a periodização tradicional da História mexicana como uma divisão em pelo menos três eixos (período pré-colombiano, pré-hispânico ou pré-cortesino; período colonial; e período independente<sup>9</sup>), isso nem sempre foi assim: um dado que hoje parece natural, lembra-nos José Ortiz Monasterio (2005, p. 346), é, na realidade, engenho humano.

Em 1877, o governo de Díaz abriu concurso para se levantar um monumento em memória da “emancipação

política” e aos heróis que a haviam feito. Riva Palacio firmou contrato para realizar um projeto do arquiteto Ramón Rodríguez Arrangoity, aprovado por uma comissão sob seus auspícios. Como todos os outros projetos anteriores para um monumento para a independência, tampouco esse saiu do papel.

Foi apenas em 20 de janeiro de 1886, no segundo mandato de Díaz, sob o secretariado de Carlos Pacheco na pasta de Fomento, que se expediu uma convocatória para a criação de tal memorial. O local, segundo o documento de convocatória, seria a terceira rotatória do *Paseo de la Reforma*, completando uma trinca de estátuas históricas que começavam com a de Colombo e passaria pela de Cuauhtémoc. O texto deixava claro que o herói a ser homenageado seria Hidalgo, reservando-lhe lugar de honra. Para o governo de Díaz, a ênfase em Hidalgo não era gratuita: louvar Iturbide seria louvar um “traidor”, um “monarquista”, um “conservador”. Render demasiadas homenagens a Juárez (pai da “segunda independência” do país, como queriam seus seguidores, e que receberia uma estátua em 1910) também não condizia com a administração porfirista, que se punha como o ponto máximo da História mexicana. Logo, celebrar o padre Hidalgo era mostrar Díaz como o continuador de seus logros.

Os vencedores do concurso, os arquitetos Clauss e Schultze, de Washington, não viram sua estátua ser erguida. Martínez Assad especula que a razão disso tenha sido o próprio gosto de Díaz que não bateu com o do projeto vencedor. Ainda assim, o presidente, cioso de mostrar que o país vivia tempos de paz, de crescimento acelerado sob a égide do liberalismo, de modernidade e da industrialização, continuou resolutos na ideia de construir o monumento à independência na capital do país.

Em decreto de maio de 1891, autorizou a construção do projeto de Antonio Rivas Mercado, engenheiro e arquiteto com formação na Escola de Belas Artes de Paris, onde estudara com Charles Garnier. Rivas Mercado retornara à sua pátria depois de quase 20 anos na “Cidade Luz” e já havia ganhado concursos para reformar a fachada do Palácio Nacional e para tantas outras obras públicas. Sua abordagem europeia conferia o ar de modernidade que Díaz almejava para o projeto do Monumento da Independência: o projeto de Rivas Mercado agradara tanto

<sup>7</sup> Alamán falecera em 1853.

<sup>8</sup> Mora nasceu em Guanajuato, em 1794, e faleceu em 1850, em Paris, onde havia se exilado. Era sacerdote e opôs-se à ascensão de Iturbide, o que lhe rendeu uma prisão em 1824. Já na República, foi deputado constituinte. Como a maioria da elite política mexicana, fez parte da maçonaria. Os liberais eram cindidos em duas lojas maçônicas, os yorkinos, exaltados e anticlericais extremados, e os escoceses, mais moderados, do qual Mora era uma das lideranças. Depois de tentar uma reforma educativa no México, durante o governo de Valentín Gómez Fariás (1833-1835), exilou-se, em 1834, na capital francesa, quando seu grupo político foi derrotado. Suas principais obras são da década de 1830: *Catecismo político de la federación mexicana* (1831) e *México y sus revoluciones* (1836). Seu corpo está na “Rotonda de las Personas Ilustres”.

<sup>9</sup> É óbvio que essa periodização é uma distinção simplista e criticável. É possível pensar que o anteposto “pré” transforma a história indígena em uma antessala do período posterior. Outro ponto questionável é que o período independente completaria uma sucessão arbitrária de linearidade evolutiva e teleológica, na qual um período se assoma ao anterior de forma natural e a-histórica. Ainda que aceitássemos essa periodicidade tripartite, seria possível, no mínimo, propor imensas subdivisões nos três períodos. Pelas mesmas razões que a tornam “letra morta”, podemos argumentar, todavia, que essas divisões são tradicionais. Tradicionais, mas não atemporais. Basta lembrar o embate entre indigenistas e hispanistas que frequentou os primeiros livros de História do XIX mexicano.

que sua maquete foi posta no jardim frontal do castelo de Chapultepec, residência oficial de Díaz (Martínez Assad, 2005, p. 64). Uma série de contratemplos levou ao adiamento do início das obras. A pedra fundamental foi posta, com grande pompa e festa, apenas em 1901. Mas sua inauguração coincidiria apenas com os festejos do centenário da independência, quase uma década depois.

## As comemorações em 1910: o México e a *Pax Porfiriana*

A inauguração de tão aguardado monumento ficou marcada para os festejos do centenário, em 1910. O perfil populacional do México revelava as mudanças ocorridas durante o Porfiriato. Se à época da colocação da pedra fundamental do monumento da independência, a capital contava com 344 mil habitantes, no ano do centenário, quando o regime de Díaz completava três décadas e o próprio presidente fazia 80 anos, os moradores da Cidade do México já eram 541.516. Sintoma claro do centralismo político do regime, o inchaço urbano da capital fazia com que ela concentrasse um número de pessoas que representava metade do estado de Jalisco, um dos maiores do país (Martínez Assad, 2005, p. 68).

No ano do centenário da independência do México, o país contava com 15.159.000 habitantes, dos quais quase 2 milhões eram considerados indígenas de acordo com critérios linguísticos. Quase nada. Na verdade, entre 1808 e 1921, todos os censos e levantamentos sobre a população mexicana mostraram um decréscimo no número de brancos e índios, bem como um aumento no número de mestiços. Na primeira metade do século XIX, esse aumento foi gradual e, na segunda, exponencial.

Longe de retilíneo, o ideário porfirista celebrava desde seu início um país mestiço, de raízes indígenas, basta lembrar a estátua de Cuauhtémoc, mas que aceitava seu passado colonial, vide o monumento a Colombo. Essa teoria da mestiçagem refletia-se nos proclamas oficiais das comemorações do centenário, nos quais a população era constituída “en su mayor parte por individuos de la raza blanca, europeos y mezclados de europeo e indígena; los indios son ya en muy corto número y acaso no pasen de dos millones en junto a los restos que quedan de las diferentes razas que en la antigüedad poblaban esta región” (Programa ilustrado del primer centenario de la Independencia mexicana, p. 8, in Martínez Assad, 2005, p. 70).

Como podemos perceber no texto, os indígenas eram coisa do passado. Federico Navarrete nos lembra

como é improvável imaginar que mudança tão significativa na composição social do país fosse resultado, de fato, da “mescla racial”<sup>10</sup>. Sugere que houve uma mudança massiva da definição étnica entre índios e mestiços, e também entre brancos e mestiços: “la explicación más probable es que estos tres millones de individuos cambiaron de cultura y de categoría étnica, pues dejaron de considerarse, o ser considerados, indios, y pasaron a considerarse y ser considerados mestizos” (Navarrete, 2004, p. 82-83). Essa mudança seria fruto da educação proposta pelos liberais e das transformações econômicas e sociais advindas do triunfo do liberalismo no México: “la educación formal y el ascenso social implicaron un cambio de identidad étnica y transformaron a los individuos indígenas en mestizos modernos” (Navarrete, 2004, p. 84).

Essa cristalização do discurso da mestiçagem passou pela consolidação do paternalismo sobre a representação do índio, bem como pela readequação da memória de formação do México. Os mestiços modernos não eram resultado de um “proceso biológico de mezcla entre dos ‘razas’ diferentes, la indígena y la blanca, sino de un proceso de cambio cultural, social e identitario. Por otro lado, lejos de ser un grupo marginal, se han convertido en el grupo dominante y han definido la identidad nacional mexicana”. Este segundo grupo acabou constituindo uma “ideología da mestiçagem”, “doctrina racial y nacionalista elaborada por diversos intelectuales a finales del siglo XIX y principios del XX, que se convirtió en la ideología oficial del Estado mexicano” (Navarrete, 2004, p. 78-79).

Logo, no regime porfirista, os indígenas vivos eram considerados um “obstáculo para a civilização”, segundo as palavras escritas pelo chefe da seção de *Instrucción Rudimentaria* da *Secretaría de Instrucción Pública y Bellas Artes*, Gregorio Torres Quintero (Torres Quintero, 1913, p. 8, in Martínez Assad, 2005, p. 89). Em contrapartida, os indígenas astecas eram louvados.

Essa visão nascera ainda no século XIX e cristalizava-se nos volumosos tomos da enciclopédia *México a través de los siglos*, organizada por Riva Palacio. Foi apenas nos volumes de D. Vicente que surgiu o que Agustín Basave Benítez (1992, p. 29) denominou de “contrato racial”: o mexicano do porvir seria um mestiço branco, fenotipicamente mais similar aos europeus. Em anos, não mais se perceberia, fisicamente, a presença do elemento indígena. Esse novo tipo de referência à mestiçagem tornou-se muito vitorioso como discurso fundador da nacionalidade em tempos porfiristas e mesmo depois da Revolução. Uma estranha forma de orgulho: ufanava-se de se descender de índios, mas não de se parecer com eles.

<sup>10</sup> “Cambio tan grande no puede explicarse como resultado de la mezcla racial, pues se antoja poco probable que casi todas las mujeres y los hombres indígenas se hayan casado con hombres y mujeres mestizos y blancos, y hayan tenido hijos mestizos” (Navarrete, 2004, p. 82).

Alinhava-se história asteca, colonial e independente, mostrando um passado turbulento, mas crucial para o desenvolvimento do caráter do povo mexicano: “a violenta organização e condições históricas da colônia”, que, em meio a problemas, germinava virtudes nacionais e “o patriotismo de Pelayo y Cuauhtémoc” que “se armazenava nos corações da nova população” (Riva Palacio, 1984 [1884], p. 25). Tornava-se, portanto, necessário fazer as pazes com o passado colonial e indígena para criar a gesta idílica da nação mestiça em tempos de vice-reinado, símbolo do México do porvir, o país moderno capitaneado por Porfirio Díaz.

Desde a publicação de *México a través de los siglos*, a exaltação da mistura de raças continuou a se dar e acabou por se constituir em tema nacional e mito fundador. O discurso da mestiçagem tornou-se o símbolo máximo da ideia de um mexicano puro, superior por herdar todas as qualidades das raças que o compuseram, em especial a indígena (asteca, em uma operação de toma do todo pela parte) e a espanhola.

Como afirmamos, o mestiço tornara-se um lugar discursivo vitorioso, e distava de outras teorias raciais que afirmavam que a mescla empobrecia o ser humano. De Justo Sierra a Andrés Molina Enríquez, a figura do mestiço foi se perfilando ao futuro da nação, louvando-se a memória e o índio asteca como raça, enquanto o lugar dos indígenas vivos se tornava cada vez mais ambíguo (Rozat Dupeyron, 2001, p. 15). Ao afirmar que os índios vivos não eram os mesmos que os antigos, fosse pela raça, fosse pela História, se lhes tirava a historicidade. Falar de índios tornou-se construir o pitoresco, cena estática de um povo fora da História.

E, se os indígenas deixavam de ser os herdeiros da História mexicana ou de seu território, essa herança seria recebida pelos “verdadeiros” mexicanos, mestiços de pele clara. “Previa-se um período de transição de um ou dois séculos, depois do qual, a operação estaria terminada: o mexicano teria assimilado, perfeitamente, as qualidades do índio, mas sem mostrar o fenótipo deste último” (Bouchard, 2003, p. 264).

Ao iniciar-se o Porfiriato, a intelectualidade mexicana partilhava da crença na História pátria, na unidade do povo para o bem e o progresso da nação. O discurso sobre o índio, como vimos, mantinha-se ambivalente, entre a repulsa e a assimilação excludente, a “exclusão por fusão” (Quijada, 2003, p. 311), o “racismo assimilacionista” (Gall, 2004, p. 230).

Sob esse clima e diante dessa visão da história do México, deram-se as muitas e longamente planejadas atividades para a comemoração do centenário. O presidente visitou as ruínas de Teotihuacán (recém-escavadas) com embaixadores de dezenas de delegações estrangeiras

e mandou que o fotografassem ao lado do Calendário Asteca; inaugurou um manicômio “muito moderno”; assistiu a bailes e jantares; recebeu roupas e objetos pessoais de Morelos, entregues pessoalmente pelo embaixador espanhol; inaugurou o “Semicírculo de Juárez”; depositou flores no monumento aos *Niños Héroes*; inaugurou a pedra fundamental do novo prédio do Legislativo, entre inúmeras outras coisas.

Mas os pontos culminantes, que revelavam o projeto histórico do Porfiriato, dar-se-iam no palco preferido: o *Paseo de la Reforma*. O primeiro deles foi um desfile cívico que ocorreu na manhã de 15 de setembro, um dia antes do centenário da independência (e do aniversário de oitenta anos do presidente). Os representantes do mundo todo, que acompanhavam a caravana de Díaz por todos os lugares durante aquele mês de festas, seguiram-no para ver a parada, na qual uma centena de atores amadores encenou o histórico encontro entre Montezuma e Hernán Cortés.

O personagem do capitão da Conquista vinha a cavalo, ao som de tambores e clarins que anunciavam sua chegada. Seguiam-lhe atores representando seus principais capitães, seus aliados tlaxcaltecas e sua intérprete, Malinche. A crônica oficial do evento descreve o grupo asteca: “El grupo de Moctezuma era aún más brillante: despertaba en la imaginación el recuerdo de aquella corte de los imperadores mexicanos, soberbia por las riquezas naturales empleadas en sus ornatos y por la fiereza de sus guerreros” (in Krauze, 2005, p. 233).

À frente de Montezuma, regiamente interpretado por um ator sentado em um trono em forma de liteira, carregado nos ombros de uma dezena de “guerreiros”, seguiam cavaleiros tigres, cavaleiros águias, sacerdotes, arqueiros, índias e nobres: “pisando los tapetes que sus servidores le tendieron, avanzó el emperador Moctezuma al encuentro del español que había descendido de su caballo. Cortés se acercó con la intención de abrazar al monarca, pero cuando se le dijo que tal cosa no podría hacer, colgó al cuello de Moctezuma un hilo de cuentas verdes de vidrio” (in Krauze, 2005, p. 233-234).

Milhares de pessoas assistiram a essa encenação e, segundo as crônicas oficiais, aplaudiram-na muitíssimo. Enrique Krauze analisa a cena, lembrando que ela teria sido impossível meio século antes. Mas aquela suntuosa encenação fora cuidadosamente escolhida: “simbolizava a atitude conciliatória em relação ao passado, característica da época no regime porfirista”. O historiador mexicano sinaliza que a escolha não fora tomada a esmo (ainda mais porque certamente deve ter contado com a supervisão meticulosa de Justo Sierra): se escolhessem a cena épica e sangrenta da tomada de Tenochtitlán, celebrariam a divergência e provavelmente não agradariam a espectadores como o Marqués de Polavieja, o embaixador espanhol que

simbolicamente devolvera relíquias de Morelos alguns dias antes. Celebrava-se a união de astecas e espanhóis, a mestiçagem que fundara a “raça mexicana”. Índios gloriosos, em seu auge, diante de um bravo capitão espanhol e seus soldados.

A cena foi, contudo, ousada, mesmo para os padrões apaziguadores que a memória oficial porfirista construía para o país no monumental *Paseo de la Reforma*. Dez anos antes da encenação que acabamos de descrever, inaugurava-se a estátua de Colombo, em comemoração ao descobrimento da América. O navegante era recordado com simpatia em muitas cidades do México, por meio de estátua e placas celebrativas. Mas se alguém procurasse, em 1910, um monumento ou homenagem a Cortés por todo o país, não encontraria uma estátua, busto ou placa exibida em lugar público. Afora o “Mar de Cortés” e o “Paseo de Cortés” por entre os vulcões Popocatepetl e Ixtacihuatl, no Vale do México, nada mais tinha seu nome: nem uma rua sequer. Somente o Hospital de Jesús, fundado pelo Conquistador com o nome de Hospital de la Imaculada Concepción de Nuestra Señora, tinha, em seu interior, um busto e um quadro com a imagem de Cortés (Krauze, 2005, p. 236-237).

A figura de Malinche também é digna de nota e mostra o mesmo projeto de pacificação do passado. Se a intérprete de Cortés fora outrora retratada pela historiografia liberal como a Medeia que traía sua pátria para entregá-la a mãos estrangeiras, ou como a prostituta de Cortés<sup>11</sup> recordada com indignação, agora ela tomava seu lugar entre os protagonistas da fundação da nação. Afinal, fora o próprio Sierra quem escrevera que a própria nacionalidade mexicana surgiu “do primeiro beijo de amor” entre Cortés e Malinche.

Para o dia seguinte, no ápice das comemorações do centenário, planejou-se a inauguração da Coluna da Independência, ou “O Anjo”, como ficou conhecida popularmente. Sua construção conturbada, que durara 10 anos, custara extraordinários 2 milhões de pesos, o equivalente a toda construção do Manicômio de La Castañeda (outra das inaugurações do mês) e a três vezes o custo da escavação arqueológica realizada em Teotihuacán. Marcada para a sexta-feira, 16 de setembro, a festividade foi muito aguardada, pois era o “ato central” das celebrações “y porque se relacionaba con el *Paseo de la Reforma*, la arteria consentida del régimen” (Martínez Assad, 2005, p. 91). Naquela manhã, muitos carros, uma novidade cada vez mais constante na capital, signo da modernidade porfirista, concorreram ao evento, juntamente

com milhares de pessoas. Muitos discursos, ovações e vivas, tudo devidamente registrado em fotografias e pelo nascente cinema mexicano.

O que se fotografou e filmou naquela manhã era um marco da visão histórica típica da *Pax porfiriana*: o estilo do projeto tinha algo de neoclássico, mas era moderno, em uma combinação que se pretendia grandioso, triunfal, mas atemporal; seria “el recuerdo de la lucha más brillante de nuestra historia y de los que en aquella contienda sucumbieron. Hay en la columna grandeza de pensamiento, belleza de forma, unidad en el plan y variedad en los accesorios: reúne en feliz consorcio las condiciones de la arquitectura griega, porque es al mismo tiempo sólida y elegante, sencilla y complicada” (Programa ilustrado del primer centenario de la Independencia mexicana, p. 8, in Martínez Assad, 2005, p. 70).

Hidalgo ganhou destaque conforme idealizado: está na frente do conjunto escultórico da base da Coluna da Independência, com a bandeira de Guadalupe nas mãos, tendo aos seus pés figuras femininas representando a História (que porta um livro) e a Pátria (entregando ao padre uma coroa de louros). Nos cantos da base, estão representados José María Morelos, Vicente Guerrero, Nicolás Bravo e Francisco Javier Mina. No nível mais baixo do monumento, estão as alegorias da Paz, da Lei, da Justiça e da Guerra.

Dois problemas ficavam resolvidos nesse monumento. O primeiro dizia respeito à figura de Agustín de Iturbide: não se faria dele uma estátua (como nas propostas anteriores), mas apenas se mencionava seu nome como “consumador” da independência, em 27 de setembro de 1821, junto aos demais nomes de independentistas desde o início dos conflitos: Ignacio Allende, Juan Aldama, Ignacio López Rayón, Hermenegildo Galeana, Mariano Matamoros, Guadalupe Victoria e Manuel Mier y Terán. Em outras palavras, reduzia-se a importância de Iturbide, desvinculando-o da memória do centenário.

O segundo dos problemas era mais complexo: se o monumento queria cristalizar a feição mais popular da independência, como fazê-lo sem mostrar a força popular que se queria, na verdade, domar nos tempos do Porfiriato? Esse impasse teve uma solução sutil: no centro desse primeiro nível, um leão aparece conduzido por um gênio, simbolizando a “vontade do povo, acorrentada pela força da lei”. Ou seja, o povo era forte e vitorioso como na figura enorme do felino laureado, mas, selvagem por natureza, devia ser mantido sob as rédeas da lei.

Encimando a enorme coluna, está uma estátua alegórica da Vitória alada, símbolo maior da independência.

<sup>11</sup> “Es uno de los misterios de la fatalidad que todas las naciones deban su pérdida y su baldón a una mujer, y a otra mujer, su salvación y su gloria; en todas partes se reproduce el mito de Eva y de María; nosotros recordamos con indignación a la barragana de Cortés, y jamás olvidaremos en nuestra gratitud a Doña María Josefa Ortiz, la Malintzin inmaculada de otra época, que se atrevió a pronunciar el fiat de la independencia para que la encarnación del patriotismo lo realizara”. Ignacio Ramírez (1944 [1861]) Discurso cívico: pronunciado el 16 de septiembre de 1861, en la alameda de México, en memoria de la proclamación de la independencia.

Feita de bronze laminado de ouro, tem uma coroa de louros na mão direita e um pedaço de uma corrente, simbolizando a quebra da “prisão de três séculos” em que o México esteve atado à Espanha. No capitel que a rodeia, figuram quatro águias nacionais.

Mas, em meio aos festejos e à glória do Porfiriato, não se podia mais ocultar a inconformidade de grandes parcelas da população: greves e manifestações sacudiam o México nos últimos 5 anos. Para evitar problemas maiores e manter o esplendor das festas, o mais importante opositor de Díaz, Francisco I. Madero, encontrava-se encarcerado desde 7 de junho, um mês antes das eleições presidenciais que confirmaram mais um mandato do velho ditador.

Ainda assim, manifestações dos *maderistas* pipocaram por toda a cidade, embora tenham sido reprimidas e tenham ganhado pouco destaque nos jornais oficiais. Transferido para a capital durante as festividades, Madero fugiu em 5 de outubro e proclamou o Plano de San Luís no qual conclamava uma revolução para o dia 20 de novembro do mesmo ano. Oito meses depois, os revolucionários tomavam Ciudad Juárez, em Chihuahua, e, em 30 de maio de 1911, Díaz abandonava o país.

## Conclusão: comemoração como memorialização e recorrência

Quando a Revolução comemorava sua primeira década e sua institucionalização já se fazia sentir, o governo de Álvaro Obregón (1920-1924) decidiu que uma nova rodada de comemorações da independência deveria ser feita. Embora o regime porfirista tivesse sido derrotado, a Revolução daria prosseguimento a muito da visão histórica que marcara os festejos de 1910.

O novo regime trataria de construir a História oficial (ou de completá-la) nas festas de consumação da Independência em 1921 (Martínez Assad, 2005, p. 99). Embora o impulso inicial tenha sido o de celebrar com pompa tal aniversário, o Conselho de Ministros acordou que, devido à precária situação econômica do país, resultado da cruenta luta armada da qual emergia, as festividades deveriam ser simples e baratas. De qualquer forma, as festas tomaram todo o mês de setembro, para os quais o governo capitalino mandou higienizar ruas, em especial a região do *Zócalo*.

Para contrastá-las com as do Centenário porfirista, as comemorações foram abertas ao público em geral. De forma não muito diferente da sua antecessora, contudo, os atos centrais do Centenário da Consumação da Independência foram uma homenagem aos heróis da emancipação feita no “Anjo” no dia 16 de setembro, e um desfile militar, simulando a rota do Exército Trigarante, no dia 27 de setembro.

Curioso notar, como o fizemos na introdução deste texto, que, nas comemorações do bicentenário, o governo que se julga dando prosseguimento à Revolução mantém homenagens similares às feitas um século antes: uma festa popular, com comidas típicas, fogos de artifício, mas que tem no desfile militar seu ponto alto e na união nacional (em torno da figura do mestiço) seu mais caro e apreciado valor. Podemos apostar que muitos dos festejos do bicentenário se darão no *Zócalo* e, é claro, no *Paseo de la Reforma* e no “Anjo” inaugurado por Porfírio Díaz. O mesmo se dará com os protestos.

Logo, é possível concluir que as práticas comemorativas funcionam como um processo de rememoração, que articula a memória coletiva e a cultura material através de uma série de processos, dois quais se destacam dois: a memorialização e a recorrência. “Memorialisation is, of course, the act of remembering in an appropriate way and through an appropriate medium” (Jones, 2007, p. 44), ou seja, rememorar algo através de um memorial, de algo palpável, da cultura material (os monumentos no *Paseo*, por exemplo). Já a recorrência tem o sentido de celebrar algo em mutação (no caso, a memória da independência), mas que tem a aparência de permanecer o mesmo (“changing while staying the same”). Esse processo pode ser percebido nos rituais postos em cena como parte das comemorações, sempre com o intuito de mostrar a permanência das tradições: “though, of course, because they are enacted periodically their content subtly alters through performance. Although variable in their actual performance, rituals are meant to appear invariant” (Jones, 2007, p. 45).

Ao inaugurar, em 2010, um monumento ao passado indígena e europeu que transformou o México em uma nação que olha para o futuro, celebra-se, em suma, a mestiçagem, o mesmo mito de união nacional que sobreviveu ao regime de Porfírio Díaz e à Revolução.

Gérard Bouchard, analisando a construção desse discurso da mestiçagem, mostra como ele “resurgió en México a principios del siglo XX, en el contexto de la Revolución y, más tarde, después de 1940, también en el discurso de los antropólogos que proponían una integración plena de los indios a la sociedad blanca y mestiza”. O conceito de mestiçagem, no México, recebeu uma espécie de consagração ao findar o primeiro quarto do século XX, em pleno contexto revolucionário, com a publicação, em 1925, de *La raza cósmica*, de José de Vasconcelos (Bouchard, 2003, p. 259, 263-264).

Apenas depois da segunda metade do século passado e, em especial, nas últimas décadas, a crítica da mestiçagem começou a ser feita em termos altissonantes o suficiente para não ser abafada pelos elogios à tese. A crítica à teoria do México mestiço “incluía a subsecuente erosão das ‘regiões de refúgio’, como as comunidades

indígenas autônomas, do ponto de vista geográfico ou lingüístico, e da romantização ou folclorização do índio e do negro, que diminuíam o alcance de seu engajamento ativo nas práticas políticas contemporâneas” (Miller, 2004, p. 4).

Ainda assim, essas críticas ao passado mestiço e tripartite da História mexicana parecem produzir pouco efeito prático. Como exemplo disso, citamos o texto de Enrique Krauze, publicado no jornal *Reforma*, no dia 25 de janeiro de 2009:

*Hace unos años, don Silvio se embarcó en una noble cruzada por completar el sentido histórico del Paseo de la Reforma. Entre otras ideas, su proyecto consistía en erigir en esa calle emblemática de nuestra historia un monumento a la gestación de la mexicanidad en el período de 1521 a 1821, con alusiones a la primera imprenta, la primera universidad, la obra de Sor Juana. Recoger el espíritu de ese proyecto para el Bicentenario sería un gran paso hacia la reconciliación de México con su pasado —con sus pasados— que tanto predicó Octavio Paz (Krauze, 2009).*

Nesse trecho, escrito em homenagem a mais um centenário, o do nascimento de Silvio Zavala, que se deu em fevereiro de 2009, Krauze revelou a intenção de continuar a construir monumentos no *Paseo*, antes mesmo de o governo o fazer. Perpetuava-se, pois, o projeto iniciado por Riva Palacio no primeiro governo de Porfírio Díaz: o de transformar a avenida em um “livro de História a céu aberto”, no qual se poderia ler na cultura material o passado do México.

O projeto de Zavala, se levado adiante, ou a Estela de Luz que será em breve inaugurada, também parecem consolidar materialmente (memorializar) e celebrar uma memória de uma nação homogênea, na qual um povo, habitando um território delimitado, compartilhando tradições, História e costumes, sem muito espaço para os indígenas vivos. Não muito diferente do que o liberalismo mexicano fez cem anos atrás (recorrência).

## Referências

- BASAVE BENÍTEZ, A. 1992. *México mestizo: análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez*. México, Fondo de Cultura Económica, 167 p.
- BOUCHARD, G. 2003. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo: ensayo de historia comparada*. México, Fondo de Cultura Económica, 612 p.
- BRADING, D. 2004. *Mito y profecía en la Historia de México*. México, Fondo de Cultura Económica, 268 p.
- BURKE, P. 2005. A alma encantadora das ruas. *Folha de S. Paulo*. Caderno *Mais!*. 31 de jul.
- CANCLINI, N. G. 1997. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: E. FLORESCANO (org.), *El patrimonio nacional de México*. México, Conacutla/Fondo de Cultura Económica, p. 57-84.
- GALL, O. 2004. Identidad, exclusión y racismo: reflexiones teóricas y sobre México. *Revista Mexicana de Sociología*, 66(2):221-259.
- JONES, A. 2007. *Memory and Material Culture*. New York, Cambridge University Press, 258 p.
- KRAUZE, E. 2005. *La presencia del pasado*. México, BBVA Bancomer/Fondo de Cultura Económica, 495 p.
- KRAUZE, E. 2009. Yucateco eminente. *Reforma*, 25/01.
- MARTÍNEZ ASSAD, C. 2005. *La Patria en el Paseo de la Reforma*. México, Fondo de Cultura Económica /UNAM, 214 p.
- MILLER, M.G. 2004. *Rise And fall of the cosmic race*. Austin, University of Texas Press, 202 p.
- NAVARRETE, F. 2004. *Las relaciones interétnicas en México*. México, UNAM, 133 p.
- ORTIZ MONASTÉRIO, J. 2005. Vicente Riva Palacio, polígrafo (1832-1896). In: B. CLARK DE LARA; E. SPECKMAN GUERRA, *La República de las letras: asomos a la cultura escrita del México decimonónico. Vol. III: Galería de escritores*. México, UNAM, p. 343-361
- QUIJADA, M. 2003. ¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano. In: A. ANNINO; F.-X. GUERRA, *Inventando la nación*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 287-315.
- RAMÍREZ, I. 1944 [1861]. Discurso cívico: pronunciado el 16 de septiembre de 1861, en la alameda de México, en memoria de la proclamación de la independencia. In: S.G. WIDDIFIELD, *The Body of History in Nineteenth-Century Mexico. Quaderno 6: Historiography: Practitioners & Public*. Milano, Vanderbilt, p. 124-134.
- RIVA PALACIO, V.; PAYNO, M. 1989 [1870]. *El Libro rojo*. México, Conacutla/Cien de México, 475 p.
- RIVA PALACIO, V. (ed.). 1984 [1884]. *México a través de los siglos*. México, Editorial Cumbre. Tomo II, 456 p.
- ROZAT DUPEYRON, G. 2001. *Los orígenes de la Nación: pasado indígena e historia nacional*. México, Universidad Iberoamericana/Conacutla, 478 p.

Submetido em: 26/01/2010

Aceito em: 24/08/2010

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes  
Departamento de História, ICHS-UFOP  
Rua do Seminário, s/n, Centro  
35420-000, Mariana, MG, Brasil